

## **O PROJETO DE EXTENSÃO: “DIREITO NA RUA”**

CAROLINA FABRES PIRES<sup>1</sup> E MARINA ANGELA ZANELA<sup>2</sup>;  
ANA PAULA DITTGEN DA SILVA<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Universidade Católica de Pelotas – carolinafabres05@gmail.com

<sup>2</sup> Universidade Católica de Pelotas– marina.zanela@sou.ucpel.edu.br

<sup>3</sup> Universidade Católica de Pelotas– ana.silva@ucpel.edu.br

### **1. INTRODUÇÃO**

O projeto de extensão “Direito na Rua”, atualmente coordenado pela professora Ana Paula Dittgen da Silva, faz parte do programa “Direito na Comunidade” e tem como principal objetivo garantir que as pessoas das comunidades do município de Pelotas, assim como de outras localidades atendidas pela Comarca, tenham acesso efetivo à justiça.

Esse projeto foi criado em 1993, sob a orientação da professora Ana Cláudia Vinholes Siqueira Lucas, e retomou suas atividades em 2016, já sob a supervisão de sua atual coordenadora. Ele se fundamenta nos princípios constitucionais do direito de acesso à justiça, previsto no artigo 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal, e da dignidade da pessoa humana, assegurada no artigo 1º, inciso III.

A partir desses fundamentos, o projeto oferece serviços de assessoria jurídica integral e gratuita, permitindo que os cidadãos atendidos possam exercer plenamente o direito constitucional de buscar a justiça. As atividades são realizadas em diferentes locais, como comunidades religiosas, Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), escolas públicas e outros espaços adequados para receber e apoiar a iniciativa.

Além disso, o “Direito na Rua” atua em parceria com outros projetos de extensão da Universidade Católica de Pelotas, como o “Médicos de Rua”, do curso de Medicina, e o “Democratização de Direitos”, do curso de Filosofia, promovendo a integração entre áreas distintas do conhecimento e ampliando o impacto social das ações.

Este trabalho tem como objetivo compreender a importância do projeto de extensão “Direito na Rua”, mostrando de que forma ele garante às comunidades em situação de vulnerabilidade o direito de acesso à justiça por meio da oferta de orientação e assistência jurídica gratuita. Além disso, busca-se destacar como o projeto contribui para a formação prática e humana dos estudantes

de Direito, que, ao participarem das atividades, aprendem a aplicar o que estudam na universidade, desenvolvendo postura ética, empatia e consciência cidadã voltada para a transformação social. A relevância desse projeto é inquestionável, tanto para a comunidade, que recebe atendimento e orientação jurídica gratuita, quanto para os estudantes do curso de Direito, que têm a oportunidade de aplicar, na prática, os conteúdos aprendidos em sala de aula.

## 2. METODOLOGIA

O presente trabalho foi desenvolvido a partir de uma abordagem qualitativa, fundamentada na análise de referenciais teóricos e nas práticas extensionistas vivenciadas no âmbito do projeto de extensão *Direito na Rua*. A escolha pela abordagem qualitativa justifica-se pelo caráter interpretativo da pesquisa, que busca compreender os significados e impactos das atividades desenvolvidas, bem como refletir criticamente sobre o acesso à justiça em comunidades em situação de vulnerabilidade social. Para alcançar os objetivos propostos, foram utilizados dois procedimentos metodológicos principais: pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo.

A pesquisa bibliográfica consistiu na leitura integral e na análise crítica de três artigos acadêmicos que tratam do acesso à justiça e da função social da extensão universitária. Entre as obras consultadas, destacam-se: *Borges (2006), Acesso à justiça: desafios para o serviço social*, que aborda a problemática do acesso à justiça sob a ótica do serviço social, ressaltando os entraves estruturais e sociais que dificultam sua efetivação. *DAVID, José Paulo do Nascimento (2012)* discute o conceito de Acesso à Justiça, focando na Assistência Jurídica Gratuita (AJG) no Brasil. O ponto central do estudo é a proposta de integração entre as diversas instituições que oferecem assistência jurídica gratuita, como a Defensoria Pública, Núcleos de Prática Jurídica de faculdades, ONGs e a OAB, sugerindo a criação de um "escore de necessidade". Além disso, *CORREIA, Italo Schelive; CARVALHO, Leandro Couto; RODRIGUES, Deivison de Castro (2020)*, complementa a discussão ao analisar a importância da assistência judiciária integral e gratuita, com um foco especial no papel do advogado que atua de forma *pro bono*. Os autores destacam que o acesso à justiça para pessoas carentes é

uma garantia constitucional, que pode ser exercida não apenas pela Defensoria Pública, mas também por advogados particulares que prestam serviços voluntários. O estudo resgata o histórico da justiça gratuita em diferentes épocas e culturas e aborda os critérios para a obtenção do benefício no Brasil, conforme o Código de Processo Civil.

A análise desses textos forneceu subsídios teóricos para compreender os fundamentos constitucionais e sociais que orientam o projeto *Direito na Rua*, permitindo relacionar a prática extensionista à produção acadêmica existente. Já a pesquisa de campo foi desenvolvida por meio da participação direta nas atividades do projeto *Direito na Rua*, realizadas em diferentes espaços comunitários, tais como comunidades católicas, Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), escolas públicas e outros ambientes coletivos aptos a receber ações extensionistas. Durante essas vivências, foi possível observar de forma sistemática a dinâmica dos atendimentos e registrar reflexões acerca das práticas extensionistas, especialmente no que se refere à prestação de assistência jurídica gratuita e à promoção da cidadania.

A combinação entre os dois procedimentos metodológicos possibilitou a construção de uma análise crítica mais ampla e consistente, na medida em que aproximou a teoria da prática. Enquanto a pesquisa bibliográfica permitiu a compreensão dos fundamentos teóricos que embasam o acesso à justiça, a pesquisa de campo proporcionou a observação concreta de como esses princípios se materializam nas atividades desenvolvidas pelo projeto.

### 3. RELATOS E IMPACTOS GERADOS

A experiência acumulada ao longo do projeto evidencia que a ação “Direito na Rua” vem contribuindo de forma significativa para a população, sobretudo para aqueles em situação de vulnerabilidade social e econômica, que não dispõem de recursos para custear um advogado particular ou para compreender plenamente seus direitos. Entre os beneficiados destacam-se as comunidades periféricas, as pessoas atendidas nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), bem como indivíduos em situação de rua.

No período posterior à pandemia da COVID-19, o projeto atendeu aproximadamente 692 pessoas em situação de vulnerabilidade, abrangendo casos

relacionados a dificuldades econômicas, habitacionais, de saúde e de acesso a direitos básicos.

A seguir, apresenta-se uma tabela com os dados quantitativos de atendimentos realizados entre 2022 e 2025, indicando o número de locais visitados, pessoas atendidas por ano e o total geral:

ANO	ASSISTIDOS	LOCAIS VISITADOS
2022	200	20
2023	200	20
2024	240	24
2025 (Até o período de agosto)	52	7

Fonte: As Autoras (2025)

Esses dados evidenciam a relevância da iniciativa, sobretudo ao considerar o aumento das desigualdades sociais intensificadas no cenário pandêmico e pós-pandêmico. Além disso, reforça a importância de garantir acesso ao atendimento jurídico, uma vez que muitas dessas pessoas enfrentam barreiras legais e burocráticas para assegurar seus direitos, sendo fundamental que iniciativas como esta ofereçam suporte efetivo e orientação adequada, promovendo cidadania e justiça social.

As demandas apresentadas pelos assistidos são encaminhadas ao Serviço de Assistência Jurídica (SAJ) da Universidade Católica de Pelotas, que atua no ajuizamento de ações voltadas ao público com renda familiar inferior a dois salários mínimos. O serviço oferece orientação jurídica gratuita, realizada por acadêmicos do curso, sob supervisão de professores, buscando garantir que os direitos sociais e legais dessas pessoas sejam devidamente acessados e protegidos.

Além dos benefícios já mencionados para a comunidade de Pelotas — com destaque para a oferta gratuita de atendimento jurídico às populações em situação de vulnerabilidade social —, o projeto “Direito na Rua” também representa um espaço de grande valor para a formação acadêmica e pessoal dos estudantes que nele atuam.

A participação possibilita que os acadêmicos apliquem, na prática, os conhecimentos adquiridos em sala de aula, desenvolvendo habilidades de

comunicação, empatia, responsabilidade social e compreensão mais profunda do papel do Direito na sociedade.

Outrossim, o projeto de extensão conquistou o segundo lugar na categoria Responsabilidade Social do Prêmio Nacional de Gestão Educacional 2025. O reconhecimento, anunciado durante o GEduc 2025, reforça o impacto positivo da iniciativa. O projeto “Direito na Rua” reafirma, assim, sua importância tanto no fortalecimento da cidadania e no acesso à justiça das comunidades atendidas, quanto na formação dos acadêmicos que participam ativamente das atividades. Ao unir compromisso social e experiência prática, a iniciativa se consolida como um espaço de transformação para todos os envolvidos.

#### **4. CONSIDERAÇÕES**

O projeto de extensão “Direito na Rua” evidencia a relevância da extensão universitária como instrumento de promoção da cidadania e do acesso à justiça, sobretudo para comunidades em situação de vulnerabilidade social. As atividades desenvolvidas permitem que os estudantes de Direito integrem teoria e prática, ampliando sua compreensão do papel social da profissão e desenvolvendo habilidades éticas, críticas e de empatia.

Ao mesmo tempo, a iniciativa fortalece o vínculo da Universidade Católica de Pelotas com a sociedade, reafirmando seu compromisso com a formação integral dos acadêmicos e com a transformação social. A interação entre alunos, professores e comunidade favorece a troca de conhecimentos e experiências, consolidando a importância da extensão como espaço de aprendizagem compartilhada e de reflexão sobre questões sociais e jurídicas.

Dessa forma, o projeto demonstra que a extensão universitária não apenas beneficia a comunidade atendida, mas também contribui de maneira significativa para a formação acadêmica, pessoal e cidadã dos participantes, alinhando-se aos objetivos institucionais de ensino, pesquisa e compromisso social.

#### **5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BORGES, S. F. *Acesso à justiça: desafios para o Serviço Social*. Franca: UNESP, 2006.

CORREIA, I.S; CARVALHO, L. C; RODRIGUES, D.C. *A Assistência Judiciária Integral e Gratuita e o Papel do Advogado nas Questões Pro Bono*: PUC-SP, 2020.

DAVID, J. P. *Assistência Jurídica Gratuita no Brasil e a Oportunidade de integração das universidades prestadoras*: PUC-RIO, 2012.